

## MODELO DE GOVERNO

### Mandato II

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
<b>Presidente</b> <b>Vice-Presidente</b> <b>Secretário</b>	<b>Mesa da Assembleia Geral</b> Luís Miguel Correia Antunes Eng.º Paulo Jorge Carvalho Leitão Dra. Sónia Serrano Pujalras	07/11/2012	Triénio 2012/2014
<b>Presidente</b> <b>Vogal (não executivo)</b> <b>Vogal (não executivo)</b>	<b>Conselho de Administração</b> Eng.º João José Nogueira Gomes Rebelo Eng.º Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira Eng.º Leonel Serra Nunes Pedro	07/11/2012	Triénio 2012/2014
<b>Efetivo</b>  <b>Suplente</b>	<b>Fiscal Único</b> Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes em representação da Rosa Lopes, Gonçalves Mendes Dr. João Manuel Rosa Lopes	04/05/2010	Triénio 2012/2014

## Mandato I

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
<b>Presidente</b> <b>Vice-Presidente</b> <b>Secretário</b>	<b>Mesa da Assembleia Geral</b> Dr. Carlos Manuel de Sousa Encarnação** Dr. Fernando dos Santos Carvalho Dra. Sónia Serrano Pujalras	04/05/2010	Triénio 2010/2012
<b>Presidente</b> <b>Vogal (Executivo)</b> <b>Vogal (Executivo)</b> <b>Vogal (não executivo)</b> <b>Vogal (não executivo)</b> <b>Vogal (não executivo)</b> <b>Vogal (não executivo)</b>	<b>Conselho de Administração</b> Prof. Dr. Álvaro Jorge da Maia Seco* Me. Carlos Francisco da Cunha Picado Eng. João José Nogueira Gomes Rebelo Me. Abílio Vassalo Abreu Eng. António Manuel Fernandes Simões Eng. Téc. Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira Eng. Manuel Parola Gonçalves	04/05/2010	Triénio 2010/2012
<b>Efectivo</b>  <b>Suplente</b>	<b>Fiscal Único</b> Dr. José de Jesus Gonçalves Mendes em representação da Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, Dr. João Manuel Rosa Lopes	04/05/2010	Triénio 2010/2012
<b>Presidente</b> <b>Membro</b>  <b>Membro</b>	<b>Comissão de Fixação de Remunerações</b> Dra. Rita Maria Pereira da Silva Dra. Sara Alexandre Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio Dra. Maria João Castelo Branco	04/05/2010	Triénio 2010/2012

\* Apresentou carta de renúncia ao cargo em 18 de Outubro de 2010.

\*\* Apresentou carta de renúncia ao cargo em 18 de Dezembro de 2010.

## ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO

### 2012-2014

Em relação ao atual mandato, o estatuto remuneratório ainda não foi fixado pela Comissão de Fixação de Remunerações eleita na Assembleia Geral de 4 de Maio de 2010. Aplica-se o fixado em 21 de Julho de 2003.

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES DA  
METRO DO MONDEGO – S.A.

ACTA Nº 2

Aos vinte um dias do mês de Julho do ano dois mil e três, pelas 13.00 horas, reuniu nas instalações da Direcção Geral do Tesouro em Lisboa, a Comissão de Fixação de Remunerações, nomeada em Assembleia Geral da MM – Metro do Mondego, S.A., realizada em 3 de Julho de 2001, com o objectivo de fixar para o ano de dois mil e dois, as remunerações dos corpos sociais desta sociedade, na sequência das instruções que lhe foram transmitidas pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, através do seu Despacho nº 18 367/2002, de 25 de Julho, publicado no Diário da República nº 192, II Série, de 21 de Agosto.-----

Nestes termos, foi, deliberado por unanimidade, o seguinte:-----

a) Equiparação da sociedade a empresa pública do grupo B, nível I, aplicando-se a disciplina prevista na Resolução do Conselho de Ministros nº 29/89, de 3 de Agosto, publicada no Diário da República nº 196, I Série, de 26 de Agosto de 1989, com as actualizações introduzidas pelo Despacho do Senhor Ministro das Finanças nº.8 035/2002 de 26 de Março, publicado no Diário da República nº 92, II Série, de 19 de Abril.-----

b) Abonos a efectuar

**Mesa da Assembleia Geral:**-----

**Presidente** -----

Senha de presença no valor de 615,02€ (seiscentos e quinze euros e dois centimos).-----

**Secretário** -----

Senha de presença no valor de 307,51€ (trezentos e sete euros e cinquenta e um centimos).-----

**Conselho de Administração:**-----

**Presidente** -----

Remuneração mensal ilíquida de 4 204,67€ (quatro mil, duzentos e quatro euros e sessenta e sete centimos), a abonar 14 (catorze) meses por ano-----

Despesas de Representação no valor mensal de 1 471,94€ (mil, quatrocentos e setenta e um euros e noventa e quatro centimos), a abonar 14 (catorze) meses por ano-----

*of. Wint*  
*et* 1/3

**Vogais executivos**-----

Remuneração mensal ilíquida de 3 656,28€ (três mil, seiscentos e cinquenta e seis euros e vinte oito cêntimos), a abonar 14 (catorze) meses por ano-----

Despesas de representação no valor mensal de 1 097,29€ (mil e noventa e sete euros e vinte e nove cêntimos), a abonar 14 (catorze) meses por ano-----

**Vogais não executivos**-----

Remuneração mensal ilíquida de 615,02 € (seiscentos e quinze euros e dois cêntimos), a abonar 14 (catorze) meses por ano-----

**Revisor Oficial de Contas (ROC):**-----

A prestação de serviços por parte do ROC, bem como a respectiva formalização, correm os seus termos pelo Órgão de Administração, devendo o pagamento dos honorários ter em conta os valores mínimos que resultarem da aplicação do regime legal dos ROC, designadamente do nº 1 do art. 160º, conjugado com os nºs 1 e 4 do art. 60º, ambos do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro, e respectiva tabela anexa, sem prejuízo de, em casos excepcionais devidamente justificados, poder fazer-se uso do disposto no nº 2 do invocado art. 160-----

**c) Outros aspectos**-----

Os membros do Conselho de Administração apenas deverão perceber as remunerações que, de forma expressa, estejam autorizadas em deliberação do accionista ou previstas nas actas da Comissão de Fixação de Remunerações-----

A opção de compra de viaturas de uso pessoal afectas aos membros do Conselho de Administração só poderá ocorrer desde que devidamente autorizada, não podendo o preço a pagar pelos gestores ser inferior a 20% do custo de aquisição, nem a respectiva compra pelos seus utilizadores ocorrer antes de decorrido um período de três anos após o início da utilização da viatura, salvo em caso de cessação de funções de membros do Conselho de Administração antes de terminado o mandato, por causas que não lhe sejam imputáveis, de acordo com o regime previsto no Despacho nº 18367/2002, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.-----

As despesas de representação abonadas aos membros do Conselho de Administração têm por objectivo a cobertura de encargos não especificados que têm de suportar por inerência de funções, estando dispensados da prestação de contas.-----

A eventual utilização de cartão de crédito da empresa deve destinar-se, exclusivamente, a fazer face a despesas documentadas inerentes ao exercício das suas funções.-----

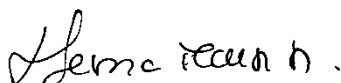
*Handwritten signatures and initials:*  
VJ  
ef  
Luis  
4/3

Aos membros da mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único está vedada a utilização de cartão de crédito da empresa, bem como a utilização, para uso pessoal de viatura da empresa, ou com encargos suportados por esta e, ainda, consequentemente, a possibilidade de compra em condições preferenciais de viaturas de uso pessoal.-----

Cópias da presente acta serão enviadas aos Senhores Presidente da Mesa da Assembleia Geral, presidentes do Conselho de Administração e Revisor Oficial de Contas da empresa.-----

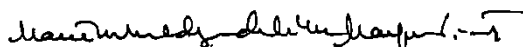
A presente deliberação produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2002, com excepção para os titulares dos órgãos sociais designados posteriormente em que os efeitos retroagem à data do respectivo início de funções.

A PRESIDENTE

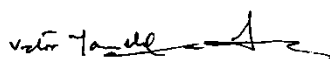


(Maria Luisa Faria da Costa Moraes Marques Júnior)

OS VOGAIS



(Maria Isabel de Jesus da Silva Marques Vicente)



(Victor Manuel Carvalho dos Santos)

## REMUNERAÇÕES E OUTRAS REGALIAS (VALORES ANUAIS)

**Nota:** Nas Assembleias Gerais subsequentes ao mandato do triénio 2012-2014 tem sido votado favoravelmente pelos acionistas a “(...) não deliberação da eleição dos Órgãos Sociais, por não se encontrarem reunidas condições para o efeito”.

### 1. Mesa da Assembleia Geral

#### Remuneração 2016

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Bruto Final (4) = (1)-(2)+(3)
2012-2014	Presidente	Luís Antunes	615	0	0	0	0
2012-2014	Vice-presidente	Paulo Leitão	308	923	0	0	923
2012-2014	Secretária	Sónia Pujalrás	308	923	0	0	923
				<b>1846</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1846</b>

(2) e (3) - reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2015, de 30 dezembro.

#### Remunerações 2015

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual (€)			
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
2012-2014	Presidente	Luís Antunes	615	0	0	0	0
2012-2014	Vice-Presidente	Paulo Leitão	308	308	0	0	308
2012-2014	Secretária	Sónia Pujalrás	308	308	0	0	308

#### Remunerações 2014

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual (€)		
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1)-(2)
2012-2014	Presidente	Luis Antunes	615	0	0	0
2012-2014	Vice-Presidente	Paulo Leitão	308	308	0	308
2012-2014	Secretária	Sónia Pujalrás	308	308	0	308

## 2. Conselho de Administração

### Remunerações de 2016

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2012-2014	Presidente (executivo)	João Rebelo	AG	07-11-2012	não	CCDRC	D	2
2012-2014	Vogal (não executivo)	Carlos Ferreira	AG	07-11-2012	n/a	n/a	n/a	5
2012-2014	Vogal (não executivo)	Leonel Pedro	AG	07-11-2012	n/a	n/a	n/a	2

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]
João Rebelo	Não	n/a	n/a
Carlos Ferreira	CMMC	Quadro Superior	Público
Leonel Pedro	CP	Responsável MC	Público

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
João Rebelo	N	C	3914	1566
Carlos Ferreira	N	C	979	n/a
Leonel Pedro	N	C	979	n/a

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Reversões Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6) = (3)-(4)+(5)
João Rebelo	76529	n/a	76529	8033	1989	70485
Carlos Ferreira	8496	n/a	8496	635	99	7960
Leonel Pedro	8440	n/a	8440	887	222	7775
			<b>93465</b>	<b>9555</b>	<b>2310</b>	<b>86220</b>

(1) O valor da remuneração **Fixa** corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções/reversões remuneratórias).

(4) e (5) - reduções e reversões remuneratórias previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro.



Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
João Rebelo	4,27	948	CGA	16726	n/a	647	n/a	n/a
Carlos Ferreira	n/a	0	SS	1916	n/a	0	n/a	n/a
Leonel Pedro	n/a	0	SS	1883	n/a	0	n/a	n/a
		<b>948</b>		<b>20525</b>	<b>n/a</b>	<b>647</b>		<b>n/a</b>

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
João Rebelo	172,23	360	
Carlos Ferreira	0	0	
Leonel Pedro	0	0	
		<b>360</b>	

Não existem viaturas atribuídas a qualquer membro do CA.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
João Rebelo	1800	204	150	354	
Carlos Ferreira	0	0	0	0	
Leonel Pedro	0	0	0	0	
				<b>354</b>	

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
João Rebelo	473	0	0	0	0	473
Carlos Ferreira	0	0	0	0	0	0
Leonel Pedro	0	0	0	0	0	0
						<b>473</b>

## Remunerações 2015

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
(Início - Fim)			Forma (1)	Data	[Identificação Entidade]	Pagadora(O/D)
2012-2014	Presidente (executivo)	João Rebelo	AG	07-11-2012	não	n/a
2012-2014	Vogal (não executivo)	Carlos Ferreira	AG	07-11-2012	não	n/a
2012-2014	Vogal (não executivo)	Leonel Pedro	AG	07-11-2012	não	n/a

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nota: OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruto (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
João Rebelo	N	C	3.914	1.566
Carlos Ferreira	N	C	979	n/a
Leonel Pedro	N	C	979	n/a

Nota: EGP - Estatuto do Gestor público

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					
	Variável	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
João Rebelo	n/a	75.094	75.094	9.003	803	66.894
Carlos Ferreira	n/a	8.496	8.496	875	268	7.889
Leonel Pedro	n/a	8.440	8.440	990	75	7.525

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a nos anteriores

\* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

\*\* Incluir a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago / Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
João Rebelo	6,41	991	CGA	15.887	n/a	sim	n/a	n/a
Carlos Ferreira	n/a	n/a	SS	1.874	n/a	n/a	n/a	n/a
Leonel Pedro	n/a	n/a	SS	1.787	n/a	n/a	n/a	n/a

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]
João Rebelo	Não	n/a	n/a
Carlos Ferreira	CMMC	Quadro Superior	Público
Leonel Pedro	CP	Responsável MC	Público

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
João Rebelo	125	360	-
Carlos Ferreira	0	n/a	-
Leonel Pedro	0	n/a	-

Não existem viaturas atribuídas a qualquer membro do CA.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
João Rebelo	1800	132	64	-	-	
Carlos Ferreira	0	0	0	0	0	
Leonel Pedro	0	0	0	0	0	

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
João Rebelo	202	0	n/a	0	0	202
Carlos Ferreira	0	0	n/a	0	0	0
Leonel Pedro	0	0	n/a	0	0	0

## Remunerações 2014

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
(Início - Fim)			Forma (1)	Data	[Identificação Entidade]	Pagadora(O/D)
2012-2014	Presidente	João Rebelo	AG	07-11-2012	não	n/a
2012-2014	Vogal	Carlos Ferreira	AG	07-11-2012	não	n/a
2012-2014	Vogal	Leonel Pedro	AG	07-11-2012	não	n/a

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nota: OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto €	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas Representação
João Rebelo	N	C	3.914	1.566
Carlos Ferreira	N	C	979	n/a
Leonel Pedro	N	C	979	n/a

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1)-(2)
João Rebelo	n/a	76.129	76.129	9.003	67.126
Carlos Ferreira	n/a	8.585	8.585	875	7.710
Leonel Pedro	n/a	8.552	8.552	992	7.562

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a nos anteriores

\* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

\*\* Incluir a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
João Rebelo	4,27	965	CGA	15.988	n/a	sim	n/a	n/a
Carlos Ferreira	n/a	n/a	SS	1.831	n/a	n/a	n/a	n/a
Leonel Pedro	n/a	n/a	SS	1.796	n/a	n/a	n/a	n/a

Membro do CA (Nome)	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]
João Rebelo	Não	n/a	n/a
Carlos Ferreira	CMMC	Quadro Superior	Público
Leonel Pedro	CP	Responsável MC	Público

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
João Rebelo	125	214	-
Carlos Ferreira	125	n/a	-
Leonel Pedro	125	n/a	-

Não existem viaturas atribuídas a qualquer membro do CA.

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
João Rebelo	1200	177	79	-	-	
Carlos Ferreira	0	0	0	0	0	
Leonel Pedro	0	0	0	0	0	

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
João Rebelo	391,1	85	n/a	0	0	476,1
Carlos Ferreira	0	0	n/a	0	0	0
Leonel Pedro	0	0	n/a	0	0	0

### 3. Fiscal Único

#### Remunerações 2016

Nome	Remuneração Anual 2016 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	10.000	369	0	9.631

(2) e (3) - reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2015, de 30 dezembro.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2012-2014	Fiscal único efetivo	José de Jesus G. Mendes	833	20160459	AG	04-05-2010	n/a	0	7
2012-2014	Fiscal único suplente	João Manuel R. Lopes	1029	20160643	AG	04-05-2010	n/a	0	0

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

#### Remunerações 2015

Nome	Remuneração Anual 2015 (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	10.000	369	0	9.631

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Contratada	
2012-2014	Fiscal Único Efetivo	José de Jesus G. Mendes	833		AG	04-05-2010		2
2012-2014	Fiscal Único Suplente	João Manuel Rosa Lopes	1029		AG	04-05-2010		2

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho (D)

## Remunerações 2014

Nome	Remuneração Anual 2014 (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1)-(2)
Rosa Lopes, Gonçalves Mendes, SROC	10.000	369	9.631

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação			Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma (1)	Data	Contratada	
2012-2014	Fiscal Único	José de Jesus Gonçalves Mendes	833	AG	04-05-2010	Efetivo	2
2012-2014	Fiscal Único	João Manuel Rosa Lopes	1029	AG	04-05-2010	Suplente	2

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho (D)

Na Metro Mondego não existe Auditor Externo.

## **FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES**

### **Estatutos da Metro-Mondego, S. A.**

**Atualizados na Assembleia Geral de 7 de Novembro de 2012**

#### **SECÇÃO I**

##### **Assembleia geral**

##### **Artigo 11.º**

###### **Composição**

- 1 — A assembleia geral é formada pelos acionistas.
- 2 — Deverão participar nos trabalhos da assembleia geral, sem direito a voto, os membros do conselho de administração e o fiscal único.
- 3 — Os acionistas deverão indicar, por carta ou ofício dirigido ao presidente da mesa, quem os representará na assembleia geral.

##### **Artigo 12.º**

###### **Competência**

###### **1 – Compete à Assembleia Geral:**

- a) Deliberar sobre o relatório do conselho de administração, discutir e votar o balanço e as contas e o parecer do fiscal único e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- b) Eleger a mesa da assembleia geral e os órgãos sociais, bem como proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e, se for caso disso, e embora esses assuntos não constem da ordem de trabalhos, proceder à destituição, dentro da sua competência, ou manifestar a sua desconfiança quanto a administradores;
- c) Deliberar sobre quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital, sem prejuízo do disposto no n.º 3;
- d) Aprovar a emissão de obrigações e outros títulos de dívida, sem prejuízo do disposto no n.º 3;
- e) Deliberar sobre as remunerações dos titulares dos órgãos sociais ou eleger uma comissão para a fixação dessas remunerações;
- f) Deliberar sobre a realização de prestações acessórias;
- g) Tratar de qualquer outro assunto para que tenha sido convocada.

2 — As deliberações que importem alterações aos estatutos, aumentos e reduções de capital, emissão de ações preferenciais e realização de prestações acessórias, fusão, cisão ou dissolução só poderão ser aprovadas com o voto concordante, em primeira convocação de assembleia geral, de acionistas que representem pelo menos dois terços do capital social.

3 — Em segunda convocação, as deliberações referidas no número anterior podem ser aprovadas por votos que representem a maioria do capital.



### **Artigo 13.º**

#### **Mesa**

A mesa da assembleia geral é constituída pelo presidente, por um vice-presidente e por um secretário.

### **Artigo 14.º**

#### **Convocação**

1 — A assembleia geral é convocada pelo presidente da mesa.

2 — A convocação da assembleia geral faz-se mediante carta registada ou por publicação, com a indicação expressa dos assuntos a tratar e demais elementos a que se refere o artigo 377.º do Código das Sociedades Comerciais.

### **Artigo 15.º**

#### **Reuniões**

A assembleia geral reúne, pelo menos, uma vez por ano e sempre que o conselho de administração, o fiscal único ou um ou mais acionistas que possuam ações correspondentes a pelo menos 5% do capital social assim o requeiram.

## **SECÇÃO II**

### **Conselho de administração**

### **Artigo 16.º**

#### **Composição**

1 — O conselho de administração é composto por três membros.

2 — O conselho de administração integra um administrador executivo, ao qual é delegada a gestão corrente da sociedade e os seguintes poderes ou competências, entre outras a constar em regulamento aprovado pelo conselho de administração:

- a) Execução, acompanhamento e controlo das prestações do contrato ou contratos celebrados pela sociedade, designadamente de subconcessão, para a concepção, projeto, realização das obras de construção, fornecimento e montagem do material circulante e exploração e para supervisão e coordenação das ações a realizar pela empresa que vier a ser escolhida para a fiscalização daquelas prestações;
- b) Elaboração do projeto de plano de atividades e orçamento da sociedade e ainda das contas semestrais da sociedade;
- c) Supervisão de todos os departamentos e serviços da sociedade;
- d) Seleção e contratação de pessoal, técnicos e consultores necessários à promoção e acompanhamento das atividades da sociedade, desde que de acordo com o plano de atividades e orçamento aprovado;
- e) Vinculação da sociedade, em quaisquer atos ou contratos, desde que inseridos em projetos, medidas, planos de negócios ou outros documentos previamente aprovados pelo conselho de administração, assim como a emissão de ordens de pagamento, cheques ou transferências bancárias necessários à execução dos atos ou contratos aqui referidos.

## **Artigo 17.º**

### **Competência**

1 — Compete designadamente ao conselho de administração:

- a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações respeitantes ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- b) Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, confessar e transigir em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- c) Adquirir, vender ou por outra forma alienar ou onerar direitos ou bens móveis ou imóveis e participações sociais;
- d) Estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade e as normas de funcionamento interno designadamente quanto ao pessoal e à sua remuneração;
- e) Nomear diretores e constituir mandatários, fixando-lhes os poderes que julgar convenientes;
- f) Exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas pela lei ou pela assembleia-geral.

2 — O conselho de administração não poderá deliberar qualquer um dos assuntos a seguir mencionados sem o acordo da maioria dos seus membros:

- a) Alienação, oneração ou locação de cativos corpóreos, incorpóreos e financeiros, bem como a realização de operações que impliquem o financiamento a terceiros ou endividamento da sociedade de montante igual ou superior a 10% dos capitais próprios tal como constarem do último balanço devidamente aprovado;
- b) Participação da sociedade no capital de outras sociedades, em agrupamentos complementares de empresas, e a celebração de contratos de consórcio e de quaisquer outros acordos ou contratos de cooperação e de associação em participação;
- c) Lançamento de concursos ou procedimentos para a contratação das prestações necessárias à concepção e projeto, à realização das obras de construção, ao fornecimento, montagem e manutenção do material circulante e dos demais equipamentos que constituem o sistema de metro e à sua exploração, bem como as respectivas adjudicações;
- d) Abertura de sucursais, delegações, escritórios de representação e a alteração do local da sede social;
- e) Âmbito das atribuições e competências da comissão executiva;
- f) Vinculação em qualquer ato ou contrato cujo impacto financeiro global para a sociedade seja superior a 10% dos capitais próprios desta, tal como constarem do último balanço devidamente aprovado.

## **Artigo 18.º**

### **Competências do presidente**

1 — Compete especialmente ao presidente do conselho de administração:

- a) Representar o conselho;
- b) Coordenar a atividade do conselho e convocar e dirigir as suas reuniões;
- c) Exercer voto de qualidade;
- d) Zelar pela correta execução das deliberações do conselho de administração.

2 — Nas suas faltas ou impedimentos, o presidente será substituído pelo vogal do conselho por si designado para o efeito.

#### **Artigo 19.º**

##### **Reuniões**

O conselho de administração fixará as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias e reunirá extraordinariamente sempre que seja convocado pelo presidente ou a solicitação dos dois administradores.

#### **Artigo 20.º**

##### **Deliberações**

1 — O conselho de administração não pode deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros em exercício, salvo por motivo de urgência, como tal reconhecida pelo presidente, caso em que os votos podem ser expressos por correspondência ou por carta passada a outro administrador.

2 — As deliberações do conselho de administração constarão sempre de ata e serão tomadas pela maioria dos votos presentes ou representados, tendo o presidente, ou quem o substitua, voto de qualidade.

#### **Artigo 21.º**

##### **Vinculação da sociedade**

1 — A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura de três membros do conselho de administração ou pela assinatura de dois membros, desde que um seja o presidente;
- b) Pela assinatura de administrador-delegado, dentro dos limites delegados pelo conselho;
- c) Pela assinatura de um dos administradores e de um diretor ou mandatário, no âmbito dos poderes que lhe tenham sido conferidos.

2 — O conselho de administração pode deliberar que certos documentos da sociedade sejam assinados por processos mecânicos ou chancela.

### **SECÇÃO III**

#### **Fiscal único**

#### **Artigo 22.º**

##### **Composição**

O fiscal único será obrigatoriamente um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

#### **Artigo 23.º**

##### **Competência**

1 — Compete designadamente ao fiscal único:

- a) Exercer, em geral, a fiscalização da atividade social;

- b) Examinar, sempre que o julgue conveniente, a escrituração da sociedade;
- c) Acompanhar o funcionamento da sociedade, bem como o cumprimento dos estatutos e das normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis;
- d) Emitir parecer acerca do orçamento, do balanço, do inventário e das contas anuais;
- e) Dar conhecimento ao conselho de administração de qualquer assunto que deva ser ponderado e pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida por aquele órgão ou pela assembleia-geral;
- f) Exercer as demais atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

2 — Quando o considere indispensável, o fiscal único poderá propor à assembleia-geral a contratação de técnicos especialmente designados para o coadjuvarem nas suas funções.

## SÍNTESE CURRICULAR

### 1. Membros da Mesa da Assembleia-Geral

#### **Presidente – Luís Miguel Correia Antunes**

Data de Nascimento: 31 de Março de 1975

##### *Habilitações Académicas:*

Frequenta o Curso de Gestão de Empresas na Faculdade de Economia de Coimbra.

##### *Atividade Profissional:*

É desde novembro de 2011 Presidente da Câmara Municipal da Lousã.

É desde novembro de 2012 Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Metro-Mondego, S.A..

É desde 2012 Presidente do Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte I.

Entre 2005 e 2011 foi Vereador a tempo inteiro e Vice-presidente da Câmara Municipal da Lousã.

Foi, de 1999 a 2005, Vereador em regime de meio tempo da Câmara Municipal da Lousã.

É desde novembro de 2011 Presidente da Assembleia Geral da Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto – ADXTUR.

Entre 2004 e 2010 foi Vogal não executivo Região de Turismo do Centro.

Entre 2002 e 2005 foi Vogal da Direção Associação de Municípios do Vale do Ceira e Dueça.

De 1999 até 2002 foi Representante da Câmara Municipal na Associação DUECEIRA.

#### **Vice-Presidente - Paulo Jorge Carvalho Leitão**

Data de Nascimento: 9 de Março de 1980

##### *Habilitações Académicas:*

Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra em 2006.

Possui diploma em Estudos Pós-graduados MBA para Executivos pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 2012.

##### *Atividade Profissional:*

Vereador sem pelouro da Câmara Municipal de Coimbra desde 2013.

Vereador da Câmara Municipal de Coimbra de 2009 a 2013, em regime de permanência, com os pelouros do Planeamento, Urbanismo, Obras Municipais, Trânsito e Apoio às Freguesias.

Em representação da C. M. Coimbra exerceu, entre outras as funções de:

- Presidente da RUAS-Associação Univer(s)cidade, no âmbito da Candidatura da Universidade Alta e Sofia a Património da Humanidade;

- Vogal do Conselho de Administração da SRU;

- Vogal do Conselho de Administração do IPARK.

Técnico Superior na Águas do Mondego, SA (2008 a 2009).

Técnico Superior na Engidro Estudos de Engenharia, Lda (2006 a 2008).

### **Secretário – Sónia Serrano Pujalrás**

Data de Nascimento: 9 de Julho de 1968

#### *Habilitações Académicas:*

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos.

#### *Atividade Profissional:*

Desde 2000 - Técnica na Secretaria-Geral e na Direção de Desenvolvimento Organizacional da Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.E..

1994/2000 – Técnica no Gabinete Jurídico da Associação Industrial Portuguesa / Câmara de Comércio e Indústria – AIP / CCI.

1993/1994 – Técnica no Departamento de Administração e Pessoal da EUROAIR – Companhia Europeia de Transportes Aéreos, S.A..

1991/1994 – Exercício de advocacia em escritório de advogados.

## **2. Membros do Conselho de Administração**

### **Presidente do Conselho de Administração – João José Nogueira Gomes Rebelo**

Data de Nascimento: 26 de Junho de 1955

#### *Habilitações Académicas:*

Licenciado em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra em 1978, especialista em Ordenamento do Território.

Possui o Curso de Defesa Nacional (1996 – 1997).

Estágio no TVA (Tennessee Valley Authority) sobre Gestão Eficiente de Recursos e Energia em Cidades.

#### *Atividade Profissional:*

Técnico Superior estagiário na ex - Hidráulica do Mondego (1979).

Técnico Superior na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais / Açores (1980).

Assessor Principal / Técnico Superior da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento regional do Centro (CCDRC) desde 1980, onde desenvolveu sucessivamente funções:

- Núcleo Regional de Coordenação (NRC) dos GAT (1980 a 1986);

- Chefe de Divisão de Estudos e Organização de Recursos Locais (1983 a 1986);
- Diretor Regional do Ordenamento do Território / DROT (1986 a 1990);
- Administrador do Projeto MEREC (1983 e 1990).
- Vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro (1990 a 1996);
- Diretor de Serviços do NRC/GCSAL (1999 e 2002).

Neste período participou em diversas Entidades, Comissões e Grupos de Trabalho em representação da CCDRC (ou CCRC) e do MPAT, das quais se refere:

- Comissão da Reserva Ecológica Nacional / REN (1993 a 2002);
- Delegação de Portugal na Habitat /NU (Turquia);
- Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Estudos de viabilidade técnica - económica de um metropolitano ligeiro de superfície em Coimbra / MLM (1997-2001);
- Coordenação do PROT do Centro Litoral;
- GT de Criação / revisão da legislação de OT e A, bem como de programas específicos como o PNGRP, PROSIURB, PDR, Programa Aldeias Históricas e PAI da Serra da Estrela.

Vereador da Câmara Municipal de Coimbra (2002 a 2009), em regime de permanência, com os pelouros do Planeamento (Plano Estratégico e PDM), Obras Particulares, Trânsito e Administração Geral e Modernização Administrativa e entre 2002-2006 das Obras Municipais e da Administração Financeira.

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra (2006 a 2009)

Em representação da C. M. Coimbra exerceu, entre outras as funções de:

- Administrador (vogal) da Sociedade Coimbra Polis;
- Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral da Metro-Mondego, S.A.;
- Vogal do Conselho de Administração da AIRC;
- Presidente da Assembleia-geral da AM do Baixo Mondego e Gândaras;
- Vogal do Conselho de Administração da SRU Coimbra Viva;
- Vogal dos Conselhos de Administração da ATC e IPN - Incubadora;
- Presidente da Mesa da Assembleia-geral do Instituto Pedro Nunes (IPN).

Em paralelo, desenvolveu atividade docente:

- CEFA (Centro de Estudos e Formação Autárquica) - Módulos das cadeiras de "Instrumentos de Participação Pública em Gestão Urbanística", "Planeamento Territorial e Desenho Urbano" e "Ordenamento do Território e Gestão Ambiental", dos Cursos de Especialização em Gestão Urbanística e de Administração Local;
- Escola Superior de Tecnologia de Viseu / IPV, onde tem sido responsável pela cadeira de "Políticas de Ambiente e Ordenamento do Território" da Licenciatura em Ambiente (1999 a 2002).

Membro da Ordem dos Engenheiros (CP n.º 14 807), Especialista em Ordenamento do Território, tendo sido membro da Comissão Cultural de Civil e Presidente do Conselho Disciplinar Regional / Região Centro - triénios de 1998/2000 e 2001/2003 (até Janeiro de 2002) e membro do Conselho Jurisdicional.

Vogal da Direção, não remunerado sem funções executivas, da Fundação particular de solidariedade social “Casa de Repouso de Coimbra”.

Autor de diversos textos e documentos e tem participado como orador em diversas ações de formação e seminários, nomeadamente, na área do Ordenamento e Planeamento do Território.

Encontra-se desde Maio de 2010 a desempenhar funções como administrador executivo (2010-2012 e 2012-2014) e Presidente (desde 07.11.2012) da Sociedade Metro-Mondego, S.A..

### **Vogal não executivo - Carlos Jorge Rodrigues Vale Ferreira**

Data de Nascimento: 15 de Novembro de 1961

#### *Habilitações Académicas:*

Licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Coimbra.

#### *Atividade Profissional:*

É quadro superior da Câmara Municipal de Miranda do Corvo desde 1986, onde desempenhou várias funções técnicas e de direção técnica.

De 2005 a 2013 desempenhou as funções de Chefe de Gabinete da Presidência na mesma autarquia.

De 2003 a 2005 desempenhou as funções de Delegado Regional da Delegação de Coimbra do Instituto Português da Juventude.

É, desde 2002, vogal não executivo da administração da Metro-Mondego, S.A..

Como profissional liberal desenvolveu várias consultorias na área do planeamento e do urbanismo.

Foi sócio-gerente e gestor da firma Mirangesp - Gabinete de Projectos Lda.

Foi consultor da empresa de construções António Margarido & Filhos Lda, tendo desempenhado as funções de diretor técnico da mesma.

Foi gerente da firma Quinta da Paiva - Empreendimentos Turísticos e de Habitação Lda.

Pertence à Comissão Científica / Executiva do Centro de Estudos Republicanos Amadeu Carvalho Homem.

Foi fundador do Centro Hípico de Miranda do Corvo. Foi presidente da Direção do mesmo e atualmente preside à Mesa da Assembleia Geral.

Foi fundador da Associação para o Desenvolvimento e Formação Profissional e é presidente do seu Conselho de Fundadores.

Foi fundador da Fundação ADFP e é vice-presidente do seu Conselho Geral.

É presidente da Direção do Mirante - Cooperativa de Informação e Cultura CRL.

É diretor do Jornal Mirante, com a Carteira Profissional de Jornalista N.º TE-293.

Foi fundador e pertence ao Conselho Fiscal da Real Confraria da Cabra Velha.

Foi fundador e pertence ao Conselho Fiscal da Real Confraria da Matança do Porco.

Pertence ao Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Miranda do Corvo.

Pertence ao Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Ferrer Correia.



**Vogal não executivo - Leonel Serra Nunes Pedro**

Data de Nascimento: 3 de Junho de 1964

*Habilitações Académicas:*

1994 Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

*Atividade Profissional:*

Metro-Mondego, S.A.

É desde novembro 2012 Administrador não Executivo.

Foi entre 2004 e 2007 Secretário da Mesa da Assembleia Geral.

CP-Comboios de Portugal, E.P.E

É, desde Março 2012, Responsável do Material Circulante da CP Longo Curso e Regional. Entre 2005 e 2012 Responsável pela Gestão de Instalações e Equipamentos da CP Regional.

Entre 2001 e 2005 Responsável pelos Centros de Acompanhamento de Tráfego Ferroviário (CAT) da Zona Centro do País. (Linha da Beira Alta, Beira Baixa, Ramal da Lousã, Oeste, Alentejo, Ramal de Cáceres e Linha do Norte entre Santarém e Pampilhosa). Responsável pela resolução de situações de forte perturbação de tráfego. Responsável pelas Equipas e Postos de Revisão de Material Circulante de Coimbra, Guarda, Figueira da Foz, Entroncamento e Abrantes.

Entre 1994 e 1996 Tráfegos Agrícolas e Florestais - Direção Comercial de Mercadorias.

EMEF-Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (Grupo CP)

Entre 1999 e 2001 foi Responsável da Qualidade – Grupo Oficinal da Figueira da Foz.

Entre 1996 e 1999 Gestor Operacional de Série – Região de Manutenção Centro – Entroncamento.

### 3. Fiscal Único

A **Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados S.R.O.C., Lda, (RLGM)** foi constituída em 19 de Agosto de 1993, está inscrita na lista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 116, tem a sua sede na Rua D. João de Castro, N.º 71-C 4.º Dtº., no Entroncamento. Atualmente integra três sócios Revisores Oficiais de Contas e um não revisor - Carlos António Rosa Lopes (ROC n.º 645), José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC n.º 833), João Manuel Rosa Lopes (ROC n.º 1029). Os Sócios ROC são todos Mestres por Universidades Públicas Portuguesas (ISCTE), e lecionam no ensino Superior. O sócio economista está a frequentar o mestrado no IE Instituto Empresa Business School de Madrid.

A atividade da sociedade é exercida exclusivamente no âmbito do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e consiste na revisão legal das contas, na auditoria às contas e nos serviços relacionados, tais como avaliações, fusões e *corporate finance*.

A RLGM presta serviços a mais de 150 empresas, no continente, ilhas (Açores e Madeira) e Angola. Atua numa grande diversidade de sectores de atividade:

Ambiente, Agricultura, Associativismo, Comércio (aço, alimentar, automóvel e vestuário); Construção Civil e obras públicas, Indústria (calçado, cerâmica, confeções, curtumes, farmacêutica, frio industrial, material escolar, papel, plásticos e produtos químicos), Municípios e empresas municipais, Saúde (hospitais) e Serviços (Ensino, Fundações, Lares e Museus)

Encontra-se credenciada e tem prestado serviços de verificação de fundos comunitários.

#### **Efetivo – José de Jesus Gonçalves Mendes**

Data de Nascimento: 24 de Dezembro de 1956

##### *Habilitações Académicas:*

Mestre em Ciências Empresariais pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) – dissertação sobre o tema: CBA - Custeio Baseado na Atividade (2000).

Licenciado em Gestão de empresas pelo Instituto Superior de Economia (ISE) - (1980).

##### *Atividade profissional:*

1993 - ... Sócio gerente e Revisor Oficial de Contas da RLGM & A, Lda, desde a sua constituição.

Trabalhos de auditoria realizados a empresas nos mais diversos sectores de atividade e dimensão;

Auditoria e consultoria realizada junto da administração local;

Transformação e fusão de sociedades;

Implementação de sistemas de contabilidade financeira e de contabilidade e controlo de gestão.

2008 - ... Membro da Comissão da Técnica do Sector Público da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) desde 2008.

1991-2010 Professor Adjunto da Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico de Santarém (licença longa duração 3 anos com início em Março de 2010) – À data do início da licença, era, (desde 2000) coordenador da área de Contabilidade.

1990-1992 Responsável Administrativo e Financeiro da empresa Britaire - Britas da Serra d'Aire, Lda (grupo Terrazul)

1983-1990 Inspetor da IGF – Inspeção Geral de Finanças:

- IAL (Serviço de Inspeção às Autarquias Locais) – 1988 a 1990

- SA (Serviço de Auditoria) – integrava o grupo dos Transportes (CP, Carris, Metro, RN, STCP, TAP e Transtejo), – 1983 a 1988

1980 -1983 Diretor Financeiro da Habisocial, Lda - Barreiro

#### **Suplente – João Manuel Rosa Lopes**

Data de Nascimento: 24 de Agosto de 1954

##### *Habilitações Académicas:*

- Doutorando em Gestão, no ISCTE; Tese: “A Utilização de derivados como instrumento de cobertura de risco após a SFAS 133” (Não concluída).

- M.B.A. / Mestrado em Gestão, Estratégia e Desenvolvimento Empresarial, no ISCTE 1991/92. Tese (Aprovada com ‘Muito bom’)  
– “A relação entre o Risco Sistemático e os Indicadores Contabilísticos de Empresas Cotadas nas Bolsas de Valores Portuguesas”.

- Frequência de Curso de Mestrado em Economia, na Universidade Nova de Lisboa, 1978/79.

- Licenciatura em Finanças, pelo ISE (actual ISEG) - Instituto Superior de Economia, com média final de 16 valores – 1971/76.

Fluência em Inglês e Espanhol;

##### *Atividade profissional:*

1998 – 2015... Revisor Oficial de Contas, Consultor de gestão de empresas.

1998 – 2011 Professor no Ensino Superior – Instituto Politécnico de Tomar

1994 – 1998 Administrador da Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas, S.A em representação do SULPEDIP e cuja principal missão foi executar com sucesso um processo de "Turnaround."

1990 a 1994 - Administrador da MAP - Matérias Plásticas, S.A., em Leiria.

1993 a 1994 - Professor Ensino Universitário (particular) de Gestão Estratégica.

1983 a 1989 - Director Administrativo e Financeiro da MAP-Matérias Plásticas, Lda;

1980 a 1983 - Chefe dos Serviços Administrativos na DARTLUSO (Fábrica de produtos Tupperware em Portugal), em Constância.

1979 a 1980 - Auditor na Price Waterhouse.

1977 a 1980 - Assistente da cadeira de Economia II (Microeconomia e Macroeconomia), no curso de 'Gestão de Empresas', no ISCTE.

1976 a 1977 - Professor do Ensino Secundário.

*Outras atividades:*

- Ex-Vogal das Comissões de Inscrição e da Responsabilidade Social Empresarial da OROC;
- Ex-Membro do Institute of Management Accountants;
- Formador da CTOC - Impostos diferidos.